

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTAS

Apurar suposto bloqueio (interrupção), ausência de limpeza e conservação da via pública denominada "Rua Pinheiros", localizada no Bairro Palmital, neste Município.

IC - Inquérito Civil nº 06.2016.00002587-5

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça Eduardo Sens dos Santos, titular da 13ª Promotoria de Justiça de Chapecó, e de outro lado, **COMERCIAL CELEIRO LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 083.314.757.0004-20, com sede na Avenida Nereu Ramos, n. 1457-D, representada por Amauri Luiz Battiston, portador do CPF n. 385.647.189-87, e o **MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, na forma autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição da República Federativa do Brasil, na Lei n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que o artigo 90, inciso XII, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar n. 738/19), estabelece como função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração das medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 91, inciso I, do mesmo diploma legal;

CONSIDERANDO que conforme projeto de desmembramento de parte do lote n. 11 da quadra n. 395, aprovado em 21 de julho de 2009,

ficou acordada a doação das áreas de prolongamento das Ruas Rui Barbosa e Pinheiros, sem ônus ao Município;

CONSIDERANDO que o mesmo projeto previa que ao proprietário caberia o compromisso de executar a abertura da via de acesso no trecho descrito, sendo responsável pelas obras de drenagem, pavimentação, energia elétrica e rede água, no prazo máximo de 2 anos a contar da data de liberação do alvará de desmembramento;

CONSIDERANDO que das informações colhidas no Inquérito Civil n. 06.2016.00002587-5, extrai-se que além de não terem sido realizadas as obras previstas no alvará de liberação do desmembramento, o proprietário veio a falecer sem deixar herdeiros;

CONSIDERANDO inexistir obrigação de pavimentação pela empresa Comercial Celeiro Ltda., e que a abertura da via, em toda a sua regular largura, não é aconselhável pela geometria irregular das conexões com os demais prolongamentos, uma vez que na quadra ainda não pavimentada a largura é muito inferior à das quadras limítrofes;

CONSIDERANDO que a obrigação de pavimentação é do Município de Chapecó, bem como de instalação de toda a infraestrutura de iluminação pública e drenagem, se fosse o caso de abertura da via;

CONSIDERANDO que, todavia, a pavimentação na forma de passeio público alia-se aos interesses do Comercial Celeiro Ltda.

CONSIDERANDO, por fim, que se identificou que no trecho da Rua Pinheiros que deveria ser aberto (entre a Rua Rui Barbosa e Rua Curitiba – mapa fl. 155), existe importante vegetação, com pelo menos duas araucárias;

RESOLVEM celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com a permissão do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985, mediante os seguintes termos:

DO OBJETIVO

Cláusula 1ª. O presente compromisso de ajustamento de conduta tem por finalidade a execução das obras de infraestrutura na via pública denominada "Rua Pinheiros", localizada no Bairro Palmital, neste Município;

DA OBRIGAÇÃO DOS COMPROMISSÁRIOS

Cláusula 2ª. O Comercial Celeiro Ltda. pavimentará a Rua Pinheiros na forma do projeto constante dos autos, no prazo de 180 dias e doará os postes de ajardinamento necessários;

Cláusula 3ª. No prazo de 60 dias, o Município de Chapecó promoverá a supressão das árvores indicadas no projeto, mediante prévio parecer da Sedema, terreplanará e adequará a inclinação do terreno para receber a pavimentação, e passará a ser responsável pelo fornecimento de energia elétrica ao sistema de iluminação pública;

DO DESCUMPRIMENTO

Cláusula 4ª. Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente termo, o compromissário ficará sujeito a multa diária de R\$ 500,00;

Parágrafo primeiro. A multa reverterá 50% em favor do Fundo Municipal de Reconstituição dos Bens Lesados e 50% em favor do Fundo Estadual de Reconstituição dos Bens Lesados;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 5ª. o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial coletiva ou individual, de natureza civil, contra o compromissário, desde que cumpridos os itens ajustados, no prazo

estabelecido;

Cláusula 6ª. O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Chapecó, 13 de outubro de 2020

Eduardo Sens dos Santos
Promotor de Justiça

Amauri Luiz Battiston
Comercial Celeiro LTDA.

Pedro Luiz Volkweis Filho
Procurador-Geral do Município

Luciano José Buligon
Prefeito Municipal